

ANTROPOLOGIA DA HONRA: UMA ANÁLISE DAS GUERRAS SERTANEJAS

LUITGARDE OLIVEIRA CAVALCANTI BARROS*

RESUMO

Síntese de dois capítulos de minha Tese de Doutorado (A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão), este trabalho analisa lutas no Nordeste, travadas no espaço sertanejo, sob a evocação do "código de honra". A partir do entendimento da cultura como código, mostra as formas de organização e apropriação de símbolos culturais como coragem, valentia, roubo e honra, por grupos em confronto mortal, os cangaceiros e seus perseguidores. Numa seqüência de histórias de valentes que deram sua vida no "campo da honra" – Sinhô Pereira, José de Souza, a luta entre Lampião (cangaceiro) e Nazarenos (inimigos do cangaço) aparece como a última manifestação da presença desses valores, de herança do cancionero medieval, nas lutas que convulsionaram aquela sociedade.

* Doutora em Ciências Sociais (PUC/SP), Professora Adjunta de Antropologia da UERJ

Este trabalho se constitui no resumo de dois capítulos de minha tese de doutorado em Ciências Sociais intitulada *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão*, defendida na PUC-SP.

Utilizo a expressão "guerras sertanejas" por considerar o conceito de "guerra cangaceira", encontrado nos livros *Guerreiros do Sol e Lampião Além da Versão – Mentiras e Mistérios de Angico*, escritos respectivamente por Frederico Pernambucano de Mello (Pernambuco) e Alcino Alves Costa (Sergipe), insuficiente para a análise do cangaço e outras manifestações da violência no nordeste sertanejo. Atendo-se exclusivamente às manifestações concretas da violência, constantes dos embates nas diferentes guerras do sertão nordestino, aqueles autores homogeneizam essas lutas como "guerras cangaceiras".

Estudando os elementos mais recorrentes naquela sociedade, destaca-se a violência, uma constante nas lutas sociais não só ali, mas em todas as regiões do país. Entendo o fenômeno como elemento necessário à manutenção das relações sociais em estruturas desigualitárias, como ressalta Maria Sílvia de Carvalho Franco no seu já clássico *Homens Livres na Ordem Escravocrata*.

Elemento importante para o desvelamento dessa realidade é a decodificação da linguagem usada pelos contendores no campo da luta e do imaginário sertanejo, construído simbolicamente com as misérias e glórias dos homens em suas relações sociais e com a natureza. "*Homens de bem*" e "*bandidos*" têm significados absolutamente opostos, correspondendo a formas diferenciadas de ordenação e articulação de regras, valores, em códigos culturais.

Na literatura de cordel, como nos racontos da memória popular e nos depoimentos coletados na pesquisa de campo em mais de trinta anos percorrendo os sertões de Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sobressaem o tom poético e a estrutura épica das histórias revividas como sagas. O imaginário sertanejo deu formato de epopéia às narrativas dos confrontos entre valentes, mitologizados como símbolos da coragem do homem sertanejo.

Sem querer reificar a idéia de cultura sertaneja como algo dado, de forma acabada, na delimitação do tema que analiso, regional, temporal e conjunturalmente, procuro trabalhar os termos 'sertão' e 'sertanejo' como categorias elaboradas por teóricos e literatos, bem como os elementos invocados por agentes sociais concretos em seus discursos através dos quais

se vêem e representam como sertanejos. Este se ver e se autoperceber e representar é construído a partir da vivência e manipulação de valores culturais centenariamente articulados nos chamados “*códigos da honra sertaneja*”, do apego à terra de seus ancestrais, do conhecimento do mundo a que pertence.

Essa constatação me remete à proposta de análise sociológica da honra, apresentada por Carlos Alberto Dória no texto “*A Tradição Honrada (a honra como tema de cultura na sociedade iberoamericana)*”¹. Apresentando a universalização do fenômeno, o autor analisa esta categoria tradicionalmente objeto de estudo do Direito, da Religião, da Filosofia, etc., a partir das teorias de Hobbes, Montesquieu e Weber. Este último autor encontrava importância dos códigos de honra apenas nas sociedades estamentais. Mostrando sua importância na explicação de diferentes momentos da história dos povos, registra a persistência de códigos de honra no que delimitou como “*sociedade iberoamericana*” (Portugal e Brasil), insistindo na necessidade de se fazer “*análises de suas várias representações em sociedades concretas*”².

No período estudado,

fins do século XIX até às primeiras décadas do atual, pode-se afirmar que o uso desses códigos inicialmente monopólio e indicativo de “classe superior”, nobreza, riqueza e poder, tinha-se socializado culturalmente com mudanças de significado. Mais de duzentos anos após a constituição da classe dirigente na colônia, muitos de seus descendentes eram pobres, herdeiros de pequenas propriedades originárias de partilhas familiares de antigas sesmarias. Como muitos homens livres que conseguiram alguma ascensão social, esses grupos aparecem no sertão como esboço de uma insipiente camada média que, não compondo o grupo no poder, não tendo importância na economia de exportação dos senhores de engenho, nem pertencendo à categoria de gran-

des fazendeiros, também não se constituem homens do alugado, nem integram o quadro dos totalmente despossuídos que têm sua força de trabalho e sua coragem nas mãos dos membros da classe dominante”³.

A forma como se construíram e traçaram vivencialmente estratégias de sobrevivência, são o fulcro de minhas pesquisas.

Pela incapacidade de ampliarem suas pequenas heranças, esses descendentes de velhos troncos familiares apegavam-se a seus pedaços de terra, às glórias ancestrais, à defesa de um nome honrado, único bem que dependeria exclusivamente de suas ações, isto é, da forma como se aproximassem ou distanciassem dos códigos sociais estabelecidos. Teriam ao mesmo tempo que lutar pela sobrevivência, numa sociedade em que o trabalho era uma ação infamante. Escravos, judeus, ciganos e mestiços eram infames, como trabalhadores braçais e manuais, mesmo brancos e livres pertenciam aos desqualificados sociais.

Na sociedade sertaneja a ameaça maior para aqueles produtores desnecessários ao equilíbrio econômico do sistema era perderem a terra, emigrarem rumo ao desconhecido, ou caírem na posição de “*trabalhador na terra dos outros*”. Essa preocupação se traduz no ditado corrente naquele período: “*Onde me conhecem, honras me dão; onde não me conhecem, me darão, ou não!*”⁴.

Corolário desse medo de resvalarem para a camada onde se recrutavam os valentes para as caboeiras (exércitos privados dos grandes proprietários ou bandos periodicamente organizados), a defesa da propriedade dos bens de subsistência se fazia com o risco de vida, condenando-se como transgressão imperdoável o roubo de gado, cavalo e bode. O ladrão se torna o mais odiado da sociedade, o desagregador do equilíbrio socioeconômico arduamente mantido numa sociedade periodicamente fustigada pela seca.

Como forma de punição desse crime, desenvolve-se a violência exacerbada da população em rituais exemplares de perversidade visando dissuadir os indivíduos dessa prática. Esse processo é unanimemente sancionado como punição de um “*pecado mortal*”, tornando-se o transgressor o elemento mais infame da comunidade, restando-lhe, se escapasse da morte — muitas vezes com mutilações denunciadoras do roubo, a expulsão do meio de seu povo onde passa a lhe ser negada qualquer pretensão de honra.

Em minhas pesquisas sobre essa região, tenho detectado, em situações concretas, a existência de códigos de honra como determinantes das ações individuais e grupais. Para o entendimento da passagem das idéias às ações nessa sociedade, remeto-me, numa perspectiva gramsciana, ao estudo da superestrutura, da religião como forma específica de ideologia, de sua importância na constituição da sociedade sertaneja.

Para Carlos Alberto Dória a Igreja desempenha importante papel, na manipulação e publicidade da honra.

Em fins do século passado surgem as gráficas publicando sob forma de livros de feira (cordéis), antigos “*romances*”, cantigas das gestas medievais, histórias de valentes, divulgando-se também o livro *Peregrino da América*, de frei Bruno Marques Pereira. Escrito em versos, é um guia de procedimentos sociais, passando a integrar o cancionário popular. Sílvio Romero destaca alguns desses versos mais reproduzidos nos cordéis, livros de época, na linguagem dos sertanejos, evocados em disputas de violeiros e em questões resolvidas com sangue:

*Honra é jóia, que mais val,
A tudo o mais preferida:
Pela honra se arrisca a vida,
Que a honra é vida imortal.*

*Mentir na realidade,
leva dos vícios ao cabo:
Pois da mentira é o diabo,
E deus é a suma verdade.⁵*

Livros como *Carlos Magno e os Doze Pares de França*, *A História da Donzela Theodora*, os feitos de Oliveiros e Ferrabrás, *As Canções de Rolando*, são leitura ou escuta obrigatória para todos os segmentos sociais, popularizados como “*exemplos*” nas “*regras do bem viver*”.

Em suas fainas cotidianas, nas lutas de vida e morte por questões econômicas ou de honra, o homem sertanejo constrói-se num imaginário em que transforma as histórias locais, regionais, nacionais e seus próprios feitos, em grandes gestas sertanejas⁶. Nelas se evidencia uma consciência de que as lutas se desenvolvem não só em função da posse, defesa ou conquista de bens materiais. Valores como o cumprimento das leis, a proteção à honra da família — representada pela coragem e o bom comportamento dos homens, associados à pureza sexual das donzelas e recato de viúvas e mulheres casadas —, a obediência à Igreja Católica, o respeito aos mais velhos e padrinhos; a caridade; a sobriedade e modéstia no vestir e no falar, o “*respeito ao alheio*”, articulam-se no código de “*honra sertaneja*”.

A partir de meados do século XIX, missionários pregadores como frei Caetano de Messina e, posteriormente, o Padre Mestre Ibiapina — criador da ordem dos beatos no sertão, começam um movimento cultural mudando o significado infamante de trabalho, transformado no elemento principal de dignificação de homens trabalhadores, pobres mas honrados. Ao mesmo tempo procuram direcionar a função da valentia, centenariamente usada em defesa e preservação dos privilégios dos poderosos, para a “*preservação do bem*”. Esta categoria *bem*, enquanto

idéia abstrata, princípio ético, une, para além das diferenças materiais de classe, homens e mulheres de todos os segmentos sociais que dão prioridade a este princípio moral em detrimento da categoria materializante — “*homem de bens*”.

Através dessa manipulação cultural associa-se o novo valor trabalho aos antigos códigos de honra, criando-se a categoria “*homem de bem*”, na qual procuram-se identificar parcelas significativas da população sertaneja, principalmente pobres e remediados que usam essa classificação como instrumento de integração social num mundo violentamente hierarquizado.

Na história que enfoco, a luta entre Lampião e seus mais ferrenhos inimigos — os Nazarenos, procuro reconstituir suas histórias de vida, sua inserção na formação social sertaneja, buscando os elementos estruturais e conjunturais, os símbolos e signos, as oposições dos sistemas de valores pelos quais essas duas diferentes facções se guerrearam cruamente por quase vinte anos.

Pertencentes aos estratos intermediários dessa sociedade, Ferreiras e Nazarenos eram pequenos proprietários, agricultores, comerciantes, artesãos, pedreiros e criadores de miúças (cabras, ovelhas, porcos e galinhas). Possuíam também algumas cabeças de gado, a principal riqueza do sertanejo remediado, além de cavalos, burros e jumentos.

Contada como saga guerreira, a história de suas vidas começa numa das regiões mais secas do país, num perímetro circunscrito a três ribeiras de rio: Riacho do Navio, Ribeira do Pajeú e Ribeira do Moxotó, Estado de Pernambuco.

No desdobramento da guerra contra Lampião e todo o cangaço, os Nazarenos se transformam de agricultores e criadores sedentários em guerreiros nômades, percorrendo com suas volantes legalizadas como polícia pernambucana ou baiana, os sete Estados do Nordeste

onde Lampião e seus bandos implantassem pelo terror a nova ordem cangaceira no sertão. Os Ferreira (Virgulino, Antonio Ferreira e Livino — estado maior do cangaço), além dos irmãos João e Ezequiel e do pai José Ferreira, já haviam diversificado suas atividades de agricultores. Com o semi-nomadismo de mascates, tangerinos de tropas de burros bem arreados, faziam o comércio nas feiras e transportavam por frete mercadorias, percorrendo as estradas do sertão de Alagoas, Pernambuco e os Estados vizinhos até os principais centros comerciais do sertão baiano.

Freqüentaram a mesma escola do professor Soriano, pertencente às famílias de Nazaré, povoado construído em terreno doado por membros do grande tronco de povoamento formado pelas famílias Jurubeba, Souza, Ferraz, Nogueira e Gomes, em 1917. Os mais velhos chefes de família, Gomes Jurubeba e João de Souza Ferraz (João Flor) partilham a direção do novo arruado e a orientação do povo, sob a égide de Nossa Senhora e dos códigos culturais de seu mundo. A sede do município, Floresta, fora missionada pelo Padre Ibiapina que aí plantara as sementes de sua ideologia de paz, trabalho e caridade.

Naquela época a região vivia o desespero dos embates entre dois clãs poderosos, Pereira (descendente do Barão do Pajeú) e Carvalho. Aquela guerra se arrastando desde os confrontos na Revolução Praieira, ensanguentava o sertão na disputa dos “*grandes*” pelo poder. Esta saga é considerada a maior gesta sertaneja, por cantadores, memorialistas e informantes sobreviventes daqueles tempos. Pela rígida obediência aos códigos de honra sertaneja, Sinhô Pereira, Luís Padre (Pereira) e Antonio da Umburana (Carvalho) transformam-se nos heróis, protótipos da cultura sertaneja. O feito mais glorioso dessa gesta é a luta final entre Sinhô Pereira e Antonio da Umburana. Gastando a munição num combate de muitas horas sob o cerco de Sinhô Pereira, o derrotado-

do pelas armas é desafiado para uma “*luta no ferro frio*” pelo inimigo que lhe entregara um punhal idêntico ao dele próprio. Saltando no terreiro, abaixadas as armas dos Pereira, Antonio da Umburana e Sinhô Pereira amarram-se pelas faldas das camisas, e assim entrelaçados para matar e morrer lutam de punhal até a queda do representante dos Carvalho. Glorificando a coragem do inimigo, Sinhô Pereira presta homenagens à valentia de um homem morto no “*campo da honra*”. Anos depois, sob a influência do Padre Cícero do Juazeiro, Sinhô Pereira e o primo Luís Padre se retiram do Nordeste, terminando uma guerra sem vencedores nem vencidos. Reconhecida a igualdade de poder e honra, cessam as lutas entre os dois grupos. Após mais de cinquenta anos Sinhô Pereira reviu suas plagas, visitou o cenário de sua juventude e voltou para Minas Gerais onde morreu de morte natural aos 75 anos de idade.

Em suas tentativas de autonomia de “*homens de bem*”, José Ferreira e os Nazarenos não emprestam ou alugam sua própria valentia às facções em luta. Seguindo os códigos de respeito à dor e ao ódio das partes envolvidas, longe de fuxicos, traições e tomadas de posição a favor de qualquer uma das famílias, o sertanejo poderia viver sem ser atingido diretamente pelo conflito.

Vivendo no município de Serra Talhada antiga Vila Bela, os Ferreira e seu vizinho José Saturnino se envolvem numa disputa iniciada com acusações recíprocas de roubo de bode. A questão evolui até os confrontos armados, municinando-se, cada vez mais José Saturnino e os filhos mais velhos de José Ferreira. Atestando a opção de vida pela não violência, José Ferreira vende a propriedade e se muda para Nazaré, para a convivência de seus amigos que também não admitiam gente armada na rua, principalmente nos dias de feira quando a cachaça despertava a valentia de muitos, terminando em arruaças as brincadeiras começadas.

Revoltados com a decisão do pai, Virgulino, Antonio Ferreira e Levino entram armados em Nazaré com os rifles a tiracolo, numa transgressão aberta dos códigos de “*bem viver*” no povoado. Instado pelo compadre João Flor e o amigo João Gomes a conter os filhos, José Ferreira é desmoralizado pela decisão dos três mais velhos que rompem com ele o código de obediência aos pais. Para mostrar a disposição de ruptura cultural, Virgulino destrata João Flor, seu padrinho de São João, e ameaça “*mostrar aos cachorros de Nazaré*” o que é ser homem. Daí só vai sair no fim do dia, exibindo as armas e dizendo chistes.

Paralelamente Virgulino começa a diversificar suas atividades de mascate. Existem registros de memória em Alagoas, de que já em 1917, ele pertencia ao bando de cangaceiros, os Porcino, que operava no município de Santana do Ipanema. Este território estava sob jurisdição policial do Sargento José Lucena de Albuquerque Maranhão, incumbido pelo governador do Estado – o jornalista Costa Rego (diretor do *Correio da Manhã* no Rio de Janeiro) – de eliminar o cangaço no sertão alagoano, matando assaltantes e ladrões de cavalo. Neste período se instaura dura repressão em Alagoas, com civis participando armados das diligências policiais numa verdadeira caçada que livrasse o povo dos assaltos nas estradas e nas fazendas, o que havia submetido a população a um clima de sobressalto e terror.

A partir de 1919, com o desafio lançado de entrar sempre armado em Nazaré, desfeito o código de respeito ao padrinho, dos mais significativos naquela sociedade, torna-se questão de honra para as duas partes executar as decisões tomadas, reafirmando os objetivos enunciados no conflito verbal entre João Flor, Gomes Jurubeba e Virgulino. Derrotar os Nazarenos, impondo-lhes a presença armada no povoado, torna-se o objetivo último dos três irmãos Ferreira que contratam o primeiro valente de aluguel para ajudá-los na empreitada.

Colhi depoimento do Sr. Antônio Giló, residente em Olho d'Água do Chicão, distrito de Santana do Ipanema (Alagoas), na época, de que em 1919 os Porcino já espalhavam a prática de roubos e mortes no sertão alagoano até Mata Grande e Água Branca, atravessando para os Estados vizinhos. Naquele ano, entre os cabras que se juntavam em sua mercearia, Virgulino começava a se impor como o mais inteligente e ousado, determinando o comportamento do bando na ausência dos três irmãos Porcino (Pedro, Antonio e Manuel).

Cangaceiro em Alagoas, em Pernambuco tenta se impor aos antigos amigos quebrando a autoridade dos velhos João Flor e Gomes Jurubeba, procurando substituí-los pela força, no mando de Nazaré. Com apenas 21 anos de idade, comandando os dois irmãos e um contratado, Virgulino destrata João Flor de "*chaleira*" e "*coiteiro*" de Zé Saturnino. O ex-padrinho se defende reafirmando sua autoridade baseada nos valores da tradição sertaneja: era um velho, não era homem de mentira, era seu padrinho. Virgulino, reafirmando os "*desaforos ditos*", declara que "*naquele dia padrinho atirava em afilhado e afilhado atirava em padrinho*". Gomes Jurubeba se arma, no que é acompanhado pelos três filhos mais velhos de João Flor, Euclides, Manuel e Odilon, de mesma idade dos Ferreira, companheiros de adolescência. Virgulino e Odilon Flor, poetas repentistas, eram a dupla dos desafios na viola, das pegas de boi, inseparáveis nas festas da região. João Flor, pacífico e mais ponderado que o cunhado Gomes Jurubeba, procura acalmar os ânimos repreendendo os parentes, enquanto Zé Ferreira se coloca na frente dos filhos para impedir o conflito.

Mantendo-se acesa a antiga inimizade entre José Saturnino e os Ferreira, desde Serra Talhada, a nova moradia comprada por Zé Ferreira se torna também espaço de hostilidade e insegurança. Rompera-se a amizade com

o povo de Nazaré, espalhando-se, agora em Pernambuco, a má fama dos três jovens Ferreira, nas cidades vizinhas, através da solidariedade de parentesco entrecruzando as famílias Jurubeba, Ferraz, Lira, Souza, Soriano Lopes, Nogueira, Gomes, Capistrano, Euzébio, Barbosa, Freire, Alexandre, Marques dos Santos, Tomaz, Silva, Leite de Sá, Araújo, Marcolino, Militão, todas com membros residentes em Nazaré.

Esgotados os mútuos desafios verbais, vão-se aprofundando as transformações na interação social dos envolvidos. Abandonando o propósito de fazer de Nazaré um espaço pacífico sem exibição de valentia, sonho dos mais velhos que fundaram o povoado, os jovens — filhos e sobrinhos de João Flor e Gomes Jurubeba — se armam e organizam um corpo coeso disposto a "*quebrar a castanha*" dos Ferreira.

Com a primeira ameaça de invasão do povoado todos os primos e amigos aderem à empreitada, os mais velhos comandando a defesa. No dia do ataque, até uma tia e os primos de Virgulino, que residiam em Nazaré, se engajam na campanha que arrasta também mulheres e crianças, como municionadoras. Ligando-se por parentesco, compadrio ou amizade, identificados pelo princípio de defesa do espaço geográfico, social e familiar, enfrentam o inimigo como um bloco único. Apagando-se as diferenças de nome e origem, se vêem na unidade articulada de crenças em valores e disposição de defesa de seu sistema de vida. Rechaçando a invasão, passam a ser visualizados como "*povo de Nazaré*", Virgulino já é Lampião, apoiado em extensa rede articulada com grandes comerciantes, juizes, desembargadores, policiais corruptos, informantes pagos regamente com o produto dos saques em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Preso ao monopólio do tráfico de armas, só possível aos homens do poder, Virgulino precisará cada vez mais de recursos para se man-

ter municiado, o que o leva a ampliar suas zonas de ataque até a Paraíba.

Açoitado pela perseguição dos grupos de Nazaré, Lampião tenta uma estratégia de acordo, propondo aos mais velhos, comandantes das lutas, um pacto de não agressão com os antigos amigos. A resposta parte de João Flor: "*Digam a Lampião que esta é uma questão já repetida e que não podemos mais confiar nele. A essa altura, qualquer acordo com os três irmãos Ferreira jaz na boca do meu rifle!*"⁸ Em contrapartida Virgulino inicia o processo sistemático de arrasamento de todo e qualquer bem dos inimigos, incendiando-lhes as propriedades e matando todo "*bicho vivo*" que encontrasse, desde os homens até as galinhas dos terreiros.

Acossado, o povo de Nazaré se divide em grupo de defesa e grupo de ataque. Os mais velhos ficam na vigilância do lugarejo, enquanto os jovens se organizam em grupos de caça aos inimigos, onde suspeitassem de sua presença. Propriedades destruídas, afastados das roças, perdidos os pequenos rebanhos, avalia-se a impossibilidade de continuação daquela guerra.

Associando rendição a extermínio, o povo se decide pela estratégia de legalização daquela guerra particular através do alistamento dos jovens, em grupos de caça a Lampião, na polícia de Pernambuco.

O governador aceita o projeto e concede o direito de constituição de volantes compostas pelos jovens já experimentados nas técnicas de guerra móvel de perseguição aos cangaceiros, sob o comando de policiais da inteira confiança deles, ou dos que mais se destacavam entre os vindos de Nazaré. Os que não se alistam são incorporados às volantes como contratados, ou participam espontânea e ocasionalmente das lutas, quando vêem os parentes militares necessitados de ajuda.

O cangaço passa a enfrentar uma guerra sem tréguas, perseguido pelas "*volantes de*

Pernambuco" que se fazem conhecer em todo o sertão percorrido pelos cangaceiros. Em combates sangrentos os inimigos se enfrentam com alegria guerreira, desafiando-se num verdadeiro embate de coragem e ódio. Lampião aguça a inteligência em novas estratégias de combate, com as táticas de emboscada e fuga, lutando somente quando se encontra em vantagem em relação ao inimigo. Frio, foge dos confrontos com as volantes pernambucanas, alertando os bandos sobre a dureza de combate dos paulatinamente reconhecidos como "*Nazarenos*". Estes, atizados pelo ódio e a necessidade de ganharem a guerra pela valentia, atiram-se à luta com ímpeto, tornando-se alvos fáceis para as balas cangaceiras, quando não punham os inimigos em fuga.

Procurando legitimar sua guerra ao cangaço, os Nazarenos submetem seus atos aos códigos dos pais que acompanham a marcha dos filhos, guerreiros nômades afastados do trabalho da terra, recomendando-lhes as velhas regras de respeito à lei de Deus e dos homens.

Os Ferreira são os "*almadiçoados por Deus*", tendo perdido a propriedade na última mudança para o sertão de Alagoas, perigoso espaço percorrido pela volante de Lucena Maranhão. Enquanto a mãe morrera no desespero do exílio, dos sobressaltos e do empobrecimento, em 1921, menos de um mês depois José Ferreira tombava sob as balas da polícia. Na batida de Lampião, que saqueara o povoado alagoano Pariconha, deixando morto um cego de dezesseis anos, Lucena chegou ao suposto refúgio de cangaceiros cercado a fazenda com pesada fuzilaria. Não encontrando resistência, invade a casa encontrando, desarmado, o corpo de José Ferreira, ao lado do fazendeiro que lhe dera abrigo, também morto.

A tradição de violeiros e contadores da história sertaneja eternizou os feitos daquela guerra travada entre Ferreiras e Nazarenos em

sete Estados ensangüentados pela tragédia da violência mais explícita, que arrasta milhares de vítimas dos assaltos ou combates.

Dos Ferreira sobram João Ferreira e as irmãs, exterminados Virgulino, Antonio Ferreira, Levino e Ezequiel nos combates da campanha cangaceira. Procurando escapar da condenação de seu povo por todas as violações dos códigos da honra sertaneja, Lampião e os cangaceiros, que matavam para roubar, estupravam e desrespeitavam quase todos os valores tradicionais dos *“homens de bem”*, criaram o que Frederico Pernambucano chama de escudo ético. Diziam que não roubavam: *“requeriam porque precisavam”*; viviam aquela *“vida de desgraça”* vingando as injustiças praticadas contra a honra e as vidas suas ou de seus familiares. Compungido, Lampião contava a jornalistas e grandes protetores como Eronildes de Carvalho, governador de Sergipe, que entrara no cangaço, louco de desespero, para vingar o assassinato do pai e da mãe.

Nazaré perdeu o nome e seus mais aguerridos defensores. No calor da luta seus campos secaram abandonados pelos jovens que em nome de sua defesa esqueceram a esperança do plantio e a alegria da colheita. Sedentos de vingança contra o cangaço, responsável segundo suas crenças por toda a perversidade da terra, viveram no derramamento do sangue dos irmãos e dos inimigos, com estes entrelaçados pelo terror ou admiração no imaginário popular: *“Lampião X Odilon Flor”*, *“Ferreiras X Nazarenos”*, os *“Flô X os Ferreira”* e todas as outras formas de pares de oposições X identificações. Enterrando onze *“Nazarenos”*, o povo de Nazaré chorou-lhes a perda que arrastou na tristeza, matando-os, muitos dos mais velhos, como João Flor que não viu nunca mais Ildefonso, o filho de dezesseis anos enterado nas terras de Xiquexique, num dos

maiores combates daquela guerra sertaneja. Muitos Nazarenos engajaram-se na vida militar, não mais voltando a sua terra, ao modo de vida camponesa, depois da morte de Lampião. Odilon Flor, único a derramar lágrimas diante da tragédia de Angicos, morre na Bahia sem voltar à vida de Nazaré.

Os registros escritos e a memória oral dão conta da fragmentação do mundo sertanejo em dois blocos irreconciliáveis: de um lado o cangaço — composto de cangaceiros, vítimas reais de injustiças, policiais corruptos, protetores, coiteiros e simpatizantes. Neste universo, a valentia é o principal valor, não sendo dada importância a possíveis articulações com outros tipos de regras como trabalho ou roubo. Do lado oposto, situam-se os que vêem no cangaço um fenômeno tão destrutivo como a seca, representação do mal. A essa categoria pertencem as vítimas impotentes ou combatentes, policiais e autoridades civis incorruptíveis, homens ricos que não tinham relações econômicas e políticas lucrativas com o cangaceiro. Defensor do extermínio do cangaço, este segmento supra-classe social se via e representava e era visualizado pela maioria da população como *“homens de bem”*, muitos deles tombando no *“campo da honra”*. Defensores da valentia a serviço da manifestação dos códigos de honra, para eles os valores maiores seriam o trabalho, o respeito ao alheio, a mansidão de trato e a obediência à *“lei de Deus”*, numa combinação de elementos culturais superados posteriormente pelas transformações operadas naquela sociedade.

Lampião e Nazarenos não tiveram o ajuste final segundo os códigos sertanejos. Confiante no pagamento feito a volantes para descansar em Sergipe, Lampião e seu grupo caem vítimas da traição de seus comparsas fardados, sem direito a um único gesto de defesa. Os Nazarenos não tiveram o direito

tradicional de vingar seus mortos num combate de "homem pra homem" com o inimigo que lhes destruíra a juventude e a paz na terra de Nazaré.

Morto pela traição e não pela valentia sertaneja, Lampião impede a "derrota do mal" pela "força do bem", destruindo a importância épica da saga vivida pela defesa ou desestruturação dos códigos tradicionais. Os Nazarenos não tiveram o prazer da vitória contra o cangaço, derrotado pelas forças do governo que transformara vingadores em defensores da ordem. É o fortalecimento dos códigos legais, universalizantes, sobrepondo-se ao direito tradicional de homens lutarem e matarem em nome da honra.

BIBLIOGRAFIA

- DÓRIA, Carlos Alberto. **In:** *Cadernos Pagu - Sedução, Tradição, Transgressão*. Campinas: UNICAMP, (2) 1994.
- Ibid.*, p. 56.
- BARROS, Luitgarde O. Cavalcanti. *A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, defendida na PUCSP em 1997, p. 9. (Exemplar impresso por computação).
- ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 51.
- Ibid.*, p. 261.
- Canções de Gesta - Latim Gesta, feitos históricos ou ilustres. Cf.:
- MOISÉS MAUSSAD- *Dicionário de Termos Literários*. S. P, Ed. Cultrix, 2 ed., 1978, p. 71 a 73. Sobre o tema ler:
- BEZERRA DE MENEZES, Eduardo Diatahy - «Das Classificações Temáticas da Literatura de Cordel: Uma Querela Inútil», *Revista de Letras*, Fortaleza, 13, (1/2), jan/dez, 1988.
- LAGARDE, André e MICARD, Laurent - *Moyen Age*. Paris, Bordas (collection textes et literature), 1960.
- MEDEIROS FILHO, Pe. João e FARIA, Osvaldo Lamartine de. *Seridó Séc. XIX (Fazendas e Livros)*. Rio de Janeiro: Fonape Indústria e Comércio Ed., 1987.
- VASSALO, Lígia. *O Sertão Medieval — Origens Européias do Teatro de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Francisco Alves, 1993.
- FERRAZ, Marilourdes. *O Canto do Acauã*. Recife: Ed. Rodovalho de Guias Especiais LTDA, 1985.
- Ibid.*, p. 191.